

LUSITÂNIA ROMANA –  
ENTRE O MITO E A REALIDADE

Centro Cultural de Cascais  
Museu Nacional de Arqueologia  
Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas  
4 a 6 de Novembro de 2004

## FICHA TÉCNICA

### Título

LUSITÂNIA ROMANA – ENTRE O MITO E A REALIDADE  
*Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*

### Imagem da Capa

Autor: Alexandre de Laborde (o desenho). Gravou Tilliard.  
Obra: *Voyage pittoresque et historique de l'Espagne*, Paris, 1807-1818  
(IV Volumes). A data certa do desenho recairá nos primeiros anos do  
século XIX, quando De Laborde esteve em Madrid, ao serviço de Napoleão.  
O título da gravura (em três línguas: Castelhana, Francês e Inglês):  
**Vue de la Naumachia et de l'Ancien Théâtre à MÉRIDA.**

### Edição

Câmara Municipal de Cascais

### Coordenação

Jean-Gérard Gorges  
José d'Encarnação  
Trinidad Nogales Basarrate  
António Carvalho

### Local e data

Cascais, 2009

### Impressão

Facsimile, Lda.

### Tiragem

1050 ex.

### ISBN

978-972-637-207-3

### Depósito Legal

298801/09

---

# A LUSITÂNIA E OS LUSITANOS HÁ DUZENTOS ANOS

*In memoriam* Cor. Piçarra Mourão

VASCO GIL MANTAS  
Universidade de Coimbra

## Resumo:

As relações entre o mito e a realidade provocaram durante séculos diversas leituras, umas mais ligadas ao imaginário lusitano, outras à própria vida política do país.

O recurso repetido ao mito e a interpretação do passado surgem frequentemente da necessidade de construção de uma identidade da comunidade em épocas de grandes transformações.

No século XIX, Francisco do Nascimento Silveira através da sua obra *Mapa Breve da Lusitânia Antiga e Galliza Bracarense*, faz-nos um elogio ao patriotismo, transmitindo-os uma confiança no futuro, alicerçada num passado histórico. Contudo, verificaremos que, apesar de respeito pela condição tradicional, o autor assume já algumas preocupações críticas.

## Palavras-chave:

Lusitânia, Lusitanos, Mito

## Abstract:

Over many centuries, the relationship between myth and reality have stimulated various interpretations, some of which more directly connected to the Lusitanian imaginary universe, others to Portuguese political life.

The repeated use of myth and interpretation of the past has frequently arisen due to the need to build a community identity during periods of great transformation.

In the 19th century, Francisco do Nascimento Silveira, by means his work, *Mapa Breve da Lusitânia Antiga e Galliza Bracarense*. Offers a eulogy to patriotism, conveying a confidence in the future, founded on historical past. However, notwithstanding certain inevitable incongruities, we find a critical preoccupation in the text, even if sporadic, that announces the end of traditional historiography.

## Keywords:

Lusitania, Lusitanian's, Myth.

A realização de mais uma mesa-redonda sobre a Lusitânia romana, finalmente concretizada em Portugal, permitiu desenvolver uma reflexão muito oportuna em torno da forma como o passado lusitano tem sido interpretado até aos nossos dias.<sup>1</sup> Sem querer fazer distinção entre História e Arqueologia, é evidente que uma e outra, por vezes em simultâneo, têm sido utilizadas à margem de intenções científicas, apoiando mitos ou leituras sociais e políticas, dominantes ou simplesmente em moda, neste ou naquele momento e lugar.<sup>2</sup> É necessário, todavia, distinguir entre o que correspondia a fazer história em determinado contexto, com os condicionalismos científicos próprios das fontes disponíveis e dos padrões culturais vigentes, e a manipulação voluntária dessas mesmas fontes, que incluíam processos de mistificação muitas vezes sofisticados,<sup>3</sup> no sentido de apoiar teses discutíveis, fantasistas ou comprometidas com aspectos ideológicos.

Esta circunstância não se limitou à historiografia anterior ao século XX, antes pelo contrário. A interpretação do passado e o recurso repetido ao mito surgem com frequência, quase se completando quando situadas num plano de divulgação de valores fundamentais da identidade de uma comunidade, contribuindo mesmo para a construção desta,<sup>4</sup> sobretudo através do ensino oficial, ainda hoje. A percepção desta realidade e as suas enormes possibilidades de mobilização ideológica não foram ignoradas fora do círculo dos intelectuais directamente interessados pelo problema da *verdade histórica*. Lembramos, apenas a título de exemplo, o que Ernst Jünger escreveu a propósito de uma sua personagem, Braquemart: *Como todo o teórico grosseiro, alimentava-se também daquilo que a ciência oferecia de menos intemporal, praticando em especial a arqueologia. Não era suficientemente perspicaz para suspeitar de que a nossa pá põe infalivelmente a descoberto aquelas coisas que nos vivem na mente, pelo que, como já muitos outros antes dele, julgava ter descoberto a sede primitiva do género humano.*<sup>5</sup>

O tema central desta mesa-redonda incide, portanto, no problema muito pertinente das relações entre o mito e a realidade e das suas várias leituras ao longo dos séculos, reflexo tantas vezes ambíguo de um imaginário lusitano à nossa medida e no qual nos temos

---

<sup>1</sup> As anteriores reuniões desta série tiveram lugar em Bordéus (1989), Salamanca (1993), Madrid (1997), Mérida (2000) e Cáceres (2002). Auguramos a sua continuação futura com a mesma regularidade e qualidade. Agradecemos cordialmente à Dr.<sup>a</sup> Cristina Calais a foto do Padrão de Santa Iria e ao Dr. Luís Madeira a preparação das ilustrações desta comunicação, na qual actualizámos a ortografia das citações e da bibliografia.

<sup>2</sup> Vasco Mantas, *Arqueologia e História Antiga: dos monumentos aos homens de ontem e de hoje*, in *As Oficinas da História*, Coimbra, 2002, pp. 103-129; Siân Jones, *The archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*, Londres, 1997, pp. 2-14.

<sup>3</sup> Em relação a este problema, nem sempre bem compreendido, é exemplar o caso de André de Resende: Emil Hübner, *Notícias arqueológicas de Portugal*, (Trad. A. Soromenho), Lisboa, 1871, pp. 42-48; José d'Encarnação, *Da invenção de inscrições romanas pelo humanista André de Resende*, *Biblos*, LVII, 1991, pp. 193-221.

<sup>4</sup> *The crucial theoretical question of archaeology today is that of national identity, or more specifically, that of the relationship archaeology enjoys with the construction (or the fabrication) of collective identities*: L. Olivier / A. Coudart, French tradition and the central place of history in the human sciences: preamble to a dialogue between Robinson Crusoe and his Man Friday, in *Theory in Archaeology Perspective*, Londres, 1995, p. 365.

<sup>5</sup> Ernst Jünger, *Sobre as falésias de mármore*, Lisboa, 1995, pp. 145-146.

inscrito, no sentido que José Gil atribui ao conceito,<sup>6</sup> comodamente. Numa época de múltiplas pertenças, desejadas ou não, postas em causa concepções e abalados hábitos que constituíram a base da vida política nacional durante séculos, é natural que o debate em torno das raízes étnicas e culturais tenha ganho novo vigor, multiplicando-se estudos, encontros e publicações, incluindo uma notável proliferação de biografias e narrativas históricas romanceadas. Nesta interrogação da identidade, a Lusitânia e os Lusitanos voltam a estar no centro da discussão. Por isso mesmo cremos ser interessante a análise de uma obra que nos permite perceber como, noutra época de irreversíveis transformações, exactamente há dois séculos, se imaginava eruditamente a Lusitânia e os seus habitantes.

A obra que elegemos não pertence ao grupo dos grandes clássicos da historiografia portuguesa, contando com raras referências na bibliografia actual, em parte por não se tratar de uma fonte de informação primária. Consiste, basicamente, numa síntese do que eram os conhecimentos sobre a Lusitânia no despontar do século XIX, síntese elaborada a partir dos escritos daqueles que então se consideravam autoridades no assunto. Podemos classificar o trabalho de Francisco do Nascimento Silveira, presbítero secular natural de Lisboa, como uma obra de divulgação, destinada ao que chamaríamos hoje o grande público, mas na qual o autor, como veremos, não se limitou a coligir e apresentar de forma mais ou menos ordenada o resultado de trabalhos alheios. Particularmente importantes para a história das mentalidades e da formação e sustentação de valores políticos e culturais, oferece uma leitura fascinante que nos transporta a um período da história portuguesa não muito distante, afinal, em que éramos os mesmos, mas diferentes, com tudo o que isso implica de perturbador e de estimulante.

O título da obra é extenso (Fig. 1), como era habitual na época em que foi publicada, contando com dezanove linhas, que reduziremos a quatro: *Mapa Breve da Lusitania Antiga e Galliza Bracarense*. Trata-se de um volume in 8.º, com pouco mais de 300 páginas, publicado em Lisboa em 1804, na tipografia de Simão Tadeu Ferreira, como sucedeu com outras obras de Nascimento Silveira. Esta oficina esteve activa nos finais do século XVIII e princípios do XIX, editando diversas obras de cariz científico, como, por exemplo, em 1799, o trabalho de André Lopes de Castro sobre a *Agoa de Inglaterra* do célebre médico Jacob de Castro Sarmento. O volume leva a indicação de tomo I, sugerindo a existência de uma continuação, desconhecida. Da autoria de Nascimento Silveira há notícia de outras obras,<sup>7</sup> todas anteriores a 1805, algumas das quais referidas no *Mapa Breve*, caso do *Coro das Musas*, da *Lusitânia Enganada no Culto Essencial da Religião* ou ainda do *Pombeiro Interamnense Ilustrado pela Vida e Martírio de Santa Quitéria Bracarense*.<sup>8</sup> Destes títulos se deduz facilmente a tónica eclesiástica dos escritos de Silveira, concordante com a sua formação e estado.

<sup>6</sup> José Gil, *Portugal, hoje. O medo de existir*, Lisboa, 2004, pp. 15-23.

<sup>7</sup> Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, III, Lisboa, 1859, pp. 17-18; IX, Lisboa, 1870, p. 351.

<sup>8</sup> Silveira, pp. 162, 176, 218.

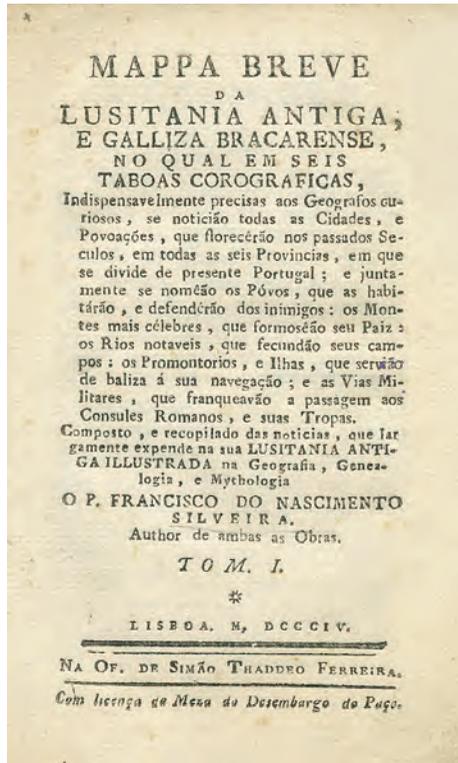


Fig. 1 - Frontispício do *Mapa Breve*.

O objectivo da publicação, segundo o autor, consistiu em compilar, a partir de um trabalho maior que teria redigido, intitulado *Lusitânia Antiga Ilustrada, na Geografia, Genealogia e Mitologia*, grande número de informações dispersas por numerosos volumes dificilmente acessíveis à maioria dos leitores. Esta explicação que o Padre Silveira produz logo no início da obra ajuda a compreender a estrutura geral do volume, constituído por um *Proémio* versando sobretudo matéria corográfica e por seis *Tábuas*, uma para cada província portuguesa da época, com entradas por ordem alfabética precedidas por uma pequena descrição histórica. Ao contrário de outras publicações de idêntica temática, pomposas e sensaboronas, o *Mapa Breve* foi redigido de forma quase coloquial, didáctica, num estilo elegante e correcto. Não obtivemos nenhuma notícia sobre a edição da *Lusitânia Antiga*, obra que, a ter sido terminada, não chegou a vir a lume, nem sequer temos conhecimento da existência do seu manuscrito algures. Recordamos que o próprio autor se lhe refere de forma dubitativa, escrevendo tratar-se de obra *muitas vezes prometida e por escassez dos tempos não divulgada*.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> IDEM, pp. V-VI. Nascimento Silveira terá sido tesoureiro da igreja de S. Nicolau, em Lisboa. Nas obras de 1804 nada sugere a interrupção da actividade literária do autor.

Esta referência à *escassez dos tempos* parece indicar não uma simples falta de disponibilidade para concretizar a edição, por isso adiada, mas sim as dificuldades decorrentes dos tempos difíceis que se viviam na Europa de então. Com efeito, os conflitos desenvolvidos em consequência da Revolução Francesa e do expansionismo napoleónico iriam, muito em breve, atingir Portugal. A data da publicação do *Mapa Breve*, 1804, coincide com um período já muito conturbado por acontecimentos que terminaram por nos envolver irreversivelmente na luta contra o império francês e seus aliados. Lembramos aqui alguns desses sucessos para melhor compreensão dos tempos que se atravessavam e maior admiração pela sobriedade demonstrada por Nascimento Silveira numa obra de forte orientação patriótica. Assim, em 1801, deu-se a *Guerra das Laranjas* com a consequente ocupação espanhola de Olivença; em 1803, Napoleão denuncia o Tratado de Amiens e inicia os preparativos de invasão da Inglaterra pela *Grande Armée*; em 1804, a Espanha declara guerra à Inglaterra, nossa principal aliada; finalmente, em 1805, a batalha naval de Trafalgar vai obrigar o imperador dos franceses a optar definitivamente por uma estratégia terrestre, que trará Junot a Portugal em 1807, agora como comandante do exército invasor, depois de ter sido embaixador em Lisboa, dois anos antes. É neste contexto de grande instabilidade que surge o *Mapa Breve*.<sup>10</sup>

Como reagiu Nascimento Silveira às dificuldades do início do século XIX? Embora tivesse conhecimento delas e as sentisse, como dá a entender, o seu discurso histórico é marcado por um patriotismo conservador, como é natural, mas bastante equilibrado, transmitindo uma evidente confiança no futuro, alicerçada numa visão do passado alimentada por hagiografias e relatos heróicos, mais ou menos fantasistas, garantes da perenidade de Portugal, passado no qual os Lusitanos são considerados como os *nostros antigos nacionais*. A confiança de Silveira talvez tenha algo a ver com o momento fugaz de aceitáveis relações entre Napoleão e a Santa Sé, pois em 1804, na coroação do imperador, esteve presente o Papa Pio VII, logo desrespeitado e pouco depois aprisionado, situação que Alfred de Vigny não perdoou a Napoleão.<sup>11</sup>

Embora isento de exágeros retóricos ou ideológicos, Silveira corresponde ao perfil do erudito eclesiástico da época. Ele próprio o declara, ainda que a intenção nem sempre tenha sido concretizada: *Sigo a verdade nua, sem me cegar o amor da pátria, para que com notícias falsas fizesse realçar suas grandezas. Não precisam elas de fábulas, nem de hipóboles, para serem acreditadas*.<sup>12</sup> Comparando o que Silveira escreveu com algumas afirmações feitas por um exaltado autor anónimo num opúsculo de divulgação publicado em 1882, excelente exemplo dos excessos produzidos por uma atitude que se pretendia

<sup>10</sup> M. Themudo Barata / N. Severiano Teixeira, (Dir.), "A Revolução Francesa e as invasões napoleónicas", in *Nova História Militar de Portugal*, 3, Lisboa, 2003, pp. 14-36.

<sup>11</sup> Alfred de Vigny, *Servitude et grandeur militaires*, Lausanne, 1968, pp. 187-201. Detido em França até 1813, o Sumo Pontífice só regressaria a Roma em 1814.

<sup>12</sup> Silveira, pp. VI-VII.

científica, aliás não muito afastada das opiniões que Oliveira Martins exprimia pela mesma época,<sup>13</sup> devemos reconhecer àquele uma clara superioridade, inclusive pelo tom em que reconhece por vezes a sua ignorância e aconselha melhor opinião. No texto de Silveira há mesmo apontamentos que merecem reflexão, como é o caso de duas referências algo ambíguas, uma à *força republicana* e outra aos *republicanos dominantes*.<sup>14</sup> Sendo dispensáveis, não revelarão uma velada admiração pelos êxitos da França republicana, ela própria inspirada pelo passado romano,<sup>15</sup> instigadores de uma nova realidade política e social que ditará o futuro?

O resultado de qualquer trabalho de temática histórica, sobretudo quando se trata de uma obra de divulgação como pretendia ser o *Mapa Breve*, depende das fontes utilizadas e da forma como são interpretadas. Silveira afirma conviver com os autores clássicos desde há muito, o que se torna claro ao longo do texto e logo no início, quando recorre à conhecida imagem estraboniana da pele de boi para descrever o aspecto geral da Península Ibérica.<sup>16</sup> Para além dos autores clássicos que constituíam a bagagem habitual dos espíritos cultos do final do século XVIII, Silveira utilizou muitos autores modernos, em especial peninsulares, citando também com frequência franceses e italianos. Encontramos os grandes nomes da historiografia humanista, sempre tratados com respeito mas criticados amiúde. Na obra do Padre Nascimento Silveira, as fontes deixaram de ser consideradas como escritos dogmáticos, dotados de inquestionável autoridade, o que representa mais um sinal de que a estrutura típica do *Ancien Régime* se encontrava em declínio. Silveira defende que não deve subscrever opiniões alheias quando as considera fora do verosímil, afirmando que, em situações indecisas, *o leitor julgará o que lhe parecer melhor*.<sup>17</sup>

Tomemos alguns exemplos deste espírito crítico, que todavia coabita com lapsos gritantes, como quando identifica Cláudio Ptolomeu com um rei da Dinastia Lágida ou quando considera Elysa ou Luso a origem epónima da Lusitânia.<sup>18</sup> Em relação ao *Itinerário de Antonino*, que utiliza a partir de referências de André de Resende, pois não conhece a edição de 1735 de P. Wesseling,<sup>19</sup> Silveira tem duas opiniões muito interes-

---

<sup>13</sup> “As raças históricas da Lusitânia”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, 55, Lisboa, 1882. Para exemplo da tónica nacionalista, furiosamente anti-latina, desta obra, integrada numa interessante colecção pedagógica editada pela Empresa Horas Românticas, citamos apenas o passo, muito moderado, que se segue: *Os Lusitanos, com efeito, parecem ter sido a raça mais válida e enérgica dos Celtas ocidentais. Ainda hoje a terra de Viriato (a Beira) é a fonte das nossas tradições populares e nacionais* (p. 37). Não haverá aqui alguma influência de Gobineau, tão em voga na época? O mesmo tipo de discurso romântico, a propósito das raízes antigas de uma nação que considerava moderna, se encontra em Oliveira Martins, quando fala nos pastores da Serra da Estrela como genuínos representantes do Lusitano antigo: Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1879, pp. 38-39.

<sup>14</sup> Silveira, pp. 262, 285.

<sup>15</sup> J. Ribeiro Ferreira, “Grécia e Roma na Revolução Francesa”, *Revista de História das Ideias*, 10, 1988, pp. 203-234.

<sup>16</sup> Estrabão, *Geo.*, III, 1, 3.

<sup>17</sup> Silveira, p. 91.

<sup>18</sup> IDEM, pp. 97-98, 129-130, 247.

<sup>19</sup> Sobre as diferentes edições deste famoso roteiro: J. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid, 1975, pp. 19-37.

santes para a época: diz que o *Itinerário* não pode ser atribuído ao imperador Antonino Pio, *como é notório*, e critica os *que crêem nele e nas tábuas de Ptolomeu como no Evangelho no que toca à arrumação das terras*.<sup>20</sup> Não se limita o Padre Silveira a observações de ordem geral, como estas, nem a nomes menores. Critica, por exemplo, as traduções da *Ora Marítima*, que considera pouco fiáveis e, a propósito de Henrique Flores, conceituado autor da monumental *Hespaña Sagrada*, censura erros topográficos que considera intoleráveis, como é o caso da identificação de Coimbra com *Conimbriga*, confusão que ainda ocorre com frequência nos nossos dias.<sup>21</sup> A imparcialidade de Silveira afirma-se também quando, apesar de sublinhar a animosidade do espanhol Juan de Mariana contra os portugueses, lhe reconhece razão em vários assuntos, como o da colonização da Península Ibérica por Thubal, filho de Noé.<sup>22</sup>

Não é possível proceder a uma análise exaustiva da obra de Francisco do Nascimento Silveira, nem tal objectivo corresponde às nossas intenções ao apresentar esta comunicação, pelo que nos limitamos apenas a citar situações que nos parecem ilustrativas do que pretendemos demonstrar, essencialmente o que há de velho e de novo numa obra menor da historiografia portuguesa do início do século XIX. Algumas lacunas no *Mapa Breve* sugerem falta de leitura de certos autores ou recurso a fontes secundárias. Assim pode ter acontecido em relação a Coimbra, que considera ter sido fundada por Ataces, rei dos Alanos, não fazendo nenhuma alusão aos vestígios romanos existentes na cidade e anteriormente referidos por outros autores, como Sá de Miranda ou Coelho Gasco.<sup>23</sup> Nesta linha de pensamento situa *Aeminium* em Águeda, concordando com a opinião de Bernardo de Brito.<sup>24</sup> Não cita nunca Francisco de Holanda, mas a descrição da via romana de Lisboa para Roma, pela ponte de Sacavém e Charneca de Montargil, extraída do *Roteiro Terrestre* de Jorge Cardoso, corresponde exactamente ao que Holanda escreveu em *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, que na época permanecia por publicar.<sup>25</sup>

Silveira recorre com maior frequência a um grupo restrito de autores, mais acessíveis ou de maior nomeada. Resende, Bernardo de Brito, Jorge Cardoso, Argote e Flores são citados repetidamente, destacando-se uma especial atenção pelo historiador de Alcobça, ainda que o elogio mais espontâneo e directo se dirige a André de Resende.

<sup>20</sup> Silveira, pp. 115-116.

<sup>21</sup> IDEM, pp. 190-191, 223-225.

<sup>22</sup> IDEM, p. 74.

<sup>23</sup> Sá de Miranda, "Fábula do Mondego", *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, Ed. Carolina Michaelis, Halle, 1885, p. 268; A. Coelho Gasco, *Conquista, antiguidade e nobreza da mui insigne e ínclita cidade de Coimbra*, Cap. XIII, p. 128 (Biblioteca da Universidade de Coimbra). A estes testemunhos literários podemos acrescentar também a muito reproduzida gravura de Hoefnagel, dos finais do século XVI, publicada na conhecida obra *Civitatís Orbis Terrarum*, onde se representam colunas ditas romanas.

<sup>24</sup> Silveira, pp. 226-228.

<sup>25</sup> IDEM, pp. 213-214; Francisco de Holanda, *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, (Ed. J. F. Alves), Lisboa, 1984, pp. 27-28.

Vale a pena transcrevê-lo:

*Por toda ela (a província do Alentejo) descobriu Resende lápides, e monumentos dignos da magnificência romana, de que nos faz participantes na sua História de Antiguidades, e nós copiámos dele e de outros na nossa Lusitânia Antiga, sendo por este laborioso desvelo merecedor de nosso eterno agradecimento e de uma brilhante estátua no Templo da Memória, por ilustrar sua pátria com tantas tarefas literárias: era Eborense, e basta.*<sup>26</sup>

Um dos aspectos em que Silveira se mostra mais crédulo, em grande parte pela dependência em relação a uma grande diversidade de fontes de marcada inspiração eclesiástica, é o da cronologia. É certo que a ciência das datas estava muito longe de ser uma realidade em 1804, quando ainda não tinha sido formulada a *Teoria das Três Idades* e se aguardava pelo Darwinismo.<sup>27</sup> Por isso, na ausência de uma cronologia científica, encontramos uma série de fantásticas datações repescadas aqui e ali, mas sempre de um rigor absoluto, problema particularmente visível quando se trata de datas anteriores à conquista romana. Muitas destas datações fantasistas atribuídas à fundação de cidades continuam a surgir em monografias locais, quando não em folhetos turísticos, persistindo numa literatura de cultura geral difícil de contrariar. Eis um exemplo: *Pelo cômputo de Turniolo, citado por Marinho, crê-se Lisboa fundada 278 anos depois do Dilúvio e 2150 antes de Jesus Cristo.*<sup>28</sup> É certo que Silveira não deixa, por vezes, de duvidar de tanta precisão, como sucede quando refere *Brigantia*, que situa junto a Bragança, dizendo: *Que fosse fundação de Brigo, quarto rei de Espanha, 1906 antes da vinda de Jesus Cristo, duvidamos muito.*<sup>29</sup>

A atitude crítica está presente em Silveira, faltando-lhe, todavia, os instrumentos capazes de substituir os fantásticos resultados de uma investigação livresca e longamente preservada de ataques, quando não, por razões ideológicas, inatacável. Os eruditos moviam-se numa teia de maravilhoso pagão e cristão, num nevoeiro cerrado de (in)certezas, onde sobressaía um ou outro facto seguro. Esta atmosfera de irrealidade prestava-se particularmente à manutenção do mito, tal como o define Jean-Pierre Vernant, algo que depende menos da imaginação que da transmissão e da memória até se transformar, quando perde a funcionalidade, em simples referência erudita.<sup>30</sup> Facilmente se compreende que, quando outros fundamentos do imaginário nacional começaram a enfraquecer, o mito de Viriato permanecesse intacto até aos nossos dias (Fig. 2). Outros, muito dificilmente poderiam sobreviver ao desenvolvimento do espírito crítico e das ciências históricas.

---

<sup>26</sup> Silveira, p. 263.

<sup>27</sup> Glyn Daniel, *Introdução à Pré-História*, Rio de Janeiro, 1968, pp. 29-45. A *Teoria das Três Idades*, de Christian Thomsen, foi divulgada na Dinamarca em 1836 e *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, apenas foi publicada em 1859. Na verdade, o tempo histórico e uma ideia mais correcta da verdadeira idade da terra são conquistas científicas muito recentes.

<sup>28</sup> Silveira, p. 256.

<sup>29</sup> IDEM, p. 203.

<sup>30</sup> Jean-Pierre Vernant, *O universo, os deuses, os homens*, Lisboa, 2001, pp. 10-11.

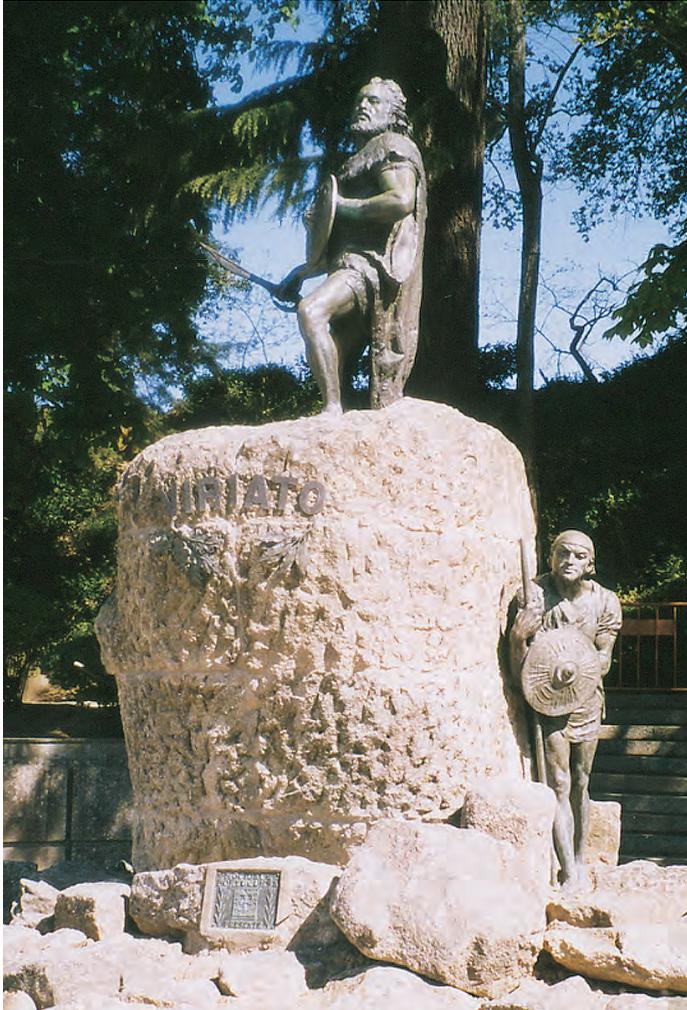


Fig. 2 - A estátua de Viriato em Viseu.

O choque entre a narrativa herdada do passado e uma nova maneira de pensar encontra-se com frequência em Francisco do Nascimento Silveira. Daremos como exemplo, entre muitos possíveis, a explicação da origem do hidrónimo Âncora, quando põe de parte a tese de que o nome do rio resultara do facto de ali ter sido lançada à água, com uma âncora ao pescoço (!), a mulher de Ramiro II, preferindo relacioná-lo com um ancoradouro, na foz, de embarcações romanas.<sup>31</sup> Não nos devemos admirar, portanto, de encontrar no *Mapa Breve* outros passos em que a lógica parece impor-se ao velho princípio do *magister dixit*.

<sup>31</sup> Silveira, pp. 52-53.

A experiência pessoal e a observação directa dos monumentos está igualmente presente na obra de Silveira, preludiando uma prática que se desenvolverá ao longo do século XIX. Ao falar da Serra de Arga, que identifica com o Monte Medulio, diz tê-la examinado toda, criticando Argote por não referir restos de fortificações antigas nela existentes e, no cume do monte, a presença de sepulturas e de um altar que reputa de época cristã; noutra passagem mostra-se prudente, atendendo à parca informação de que dispõe e por se encontrar distante, escrevendo que os vizinhos de tal sítio o poderão melhor averiguar.<sup>32</sup> Infelizmente, noutras situações, mostra bastante ingenuidade. É o que sucede em relação à toponímia, aceitando sem pestanejar interpretações como as que relacionam Serra de Ossa com um pretenso aspecto de monte de ossos, fazendo derivar o etnónimo Túrduos de Thubalos ou ainda *Merobriga* (*Mirobriga*) do nome do escultor grego Myron.<sup>33</sup> Julgamos desnecessário alargar os nossos comentários a este tipo de etimologia, que atravessou todo o século XIX e entrou pelo século XX, como se depreende facilmente da leitura de obras como a de Pinho Leal.<sup>34</sup>

Tudo isto não pareceria hoje mais de um conjunto de apontamentos curiosos, sem interesse de maior, não fossem os lampejos de crítica que resolutamente afrontam afirmações semelhantes às anteriores. Assim, a respeito da existência de uma povoação denominada *Arruncia*, localizada por Cardoso na zona de Aljubarrota a partir da leitura de uma inscrição aí encontrada (Fig. 3), Silveira emenda a lição do autor do *Dicionário Geográfico*, demonstrando tão bem como Hübner o faria, que *Arruntia* é um antropónimo e o letreiro uma memória funerária.<sup>35</sup> Quantas vezes, até hoje, se tem defendido a necessidade de rever inscrições, mesmo as que em tempos idos foram lidas por prestigiosos epigrafistas, a exemplo do que Silveira fez em relação ao monumento de *Arruntia*! Aproveitamos a oportunidade para recordar que um dos antropónimos patentes na referida inscrição, *Laeria*, corrigido por Hübner como *La(b)eria*, se encontra igualmente presente numa epígrafe de S. Sebastião do Freixo, a antiga *Collipo*, a cujo território pertencia a zona de Aljubarrota, circunstância que nos leva a não aceitar a correcção proposta pelo epigrafista germânico, que aliás reconheceu a qualidade da leitura de Silveira.<sup>36</sup>

Outra situação em que Silveira argumenta contra opiniões muito respeitadas na época, sobretudo em Espanha, é a da muito debatido problema da identificação de Badajoz com *Pax Iulia* ou *Pax Augusta*, que contraria abertamente, apoiando-se entre outros argumentos na categoria de capital conventual de *Pax Iulia*, impossível de atribuir

<sup>32</sup> Silveira, pp. 11-13, 223. A localização exacta do Monte Medulio continua a ser uma incógnita, apesar dos muitos esforços desenvolvidos no sentido de resolver o problema: A. Tranoy, *La Galice romaine*, Paris, 1980, pp. 138-142.

<sup>33</sup> IDEM, pp. 31, 128-129, 254.

<sup>34</sup> Augusto Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, vilas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*, I-XII, Lisboa, 1873-1890 (os volumes XI e XII são da autoria de Pedro Ferreira).

<sup>35</sup> Silveira, pp. 249-250; CIL II 355.

<sup>36</sup> D. Domingos de Pinho Brandão, "Epigrafia romana coliponense", *Conimbriga*, XI, 1972, pp. 93-95.

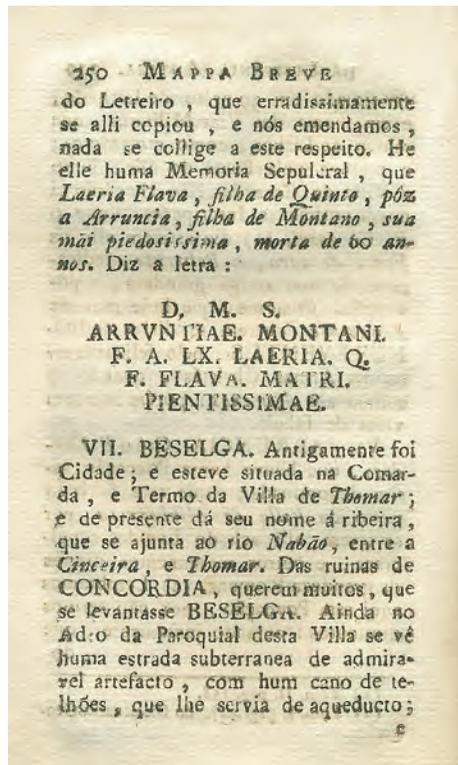


Fig. 3 - A inscrição de Arruntia na versão de Nascimento Silveira.

a outra cidade que não Beja, pois considera Badajoz uma povoação moderna, fundada pelos muçulmanos.<sup>37</sup> Silveira segue a opinião de Resende nesta polémica, em parte resultante da vontade de atribuir, depois da Reconquista, títulos episcopais relacionados com cidades desaparecidas ou que os perderam, situação de que não faltam exemplos, como bem sabia o autor. Em relação às capitais conventuais, Silveira identifica sem hesitações, *Scallabis* com Santarém, *ainda que se não conservem lápides, pois nenhuma temos visto*, escreveu.<sup>38</sup> Lembramos que este problema de geografia antiga se arrastou até há poucos anos, quando se confirmou a localização da colónia escalabitana em Santarém, como alguns testemunhos arqueológicos e os factores geográficos sugeriam.<sup>39</sup>

Outro aspecto interessante desta obra de Nascimento Silveira reside na transposição do moderno para o antigo, processo usual ainda hoje, responsável por curiosos anacronismos, muito ao gosto de produtores cinematográficos e, já antes, de alguns historiado-

<sup>37</sup> Silveira, pp. 271-272. Nesta mesa-redonda contamos com uma comunicação de J. L. Ramirez Sadaba sobre a histórica polémica em torno da identificação de Badajoz com *Pax Augusta*.

<sup>38</sup> IDEM, p. 245.

<sup>39</sup> Jorge de Alarcão, "Scallabis e o seu território", in *De Scallabis a Santarém*, Lisboa, 2002, pp. 37-46; Orlando Ribeiro, *Introduções geográficas à história de Portugal*, Lisboa, 1977, pp. 80-81.

res.<sup>40</sup> Por exemplo, Silveira compara a colonização mítica da Península Ibérica por Thubal e seus familiares com a ocupação do território brasileiro, a partir da costa; noutro passo alude às incursões dos Mauritanos no século II, destruidores de povoações litorais, o que parece reflectir o flagelo da pirataria barberesca na costa portuguesa, que persistia nos finais do século XVIII.<sup>41</sup> Algumas explicações são bons testemunhos da preocupação de Silveira em encontrar razões lógicas para esta ou aquela situação. Entre muitos, escolhemos o que ilustra o topónimo Besteiros, que relaciona com a arma que utilizariam, fazendo-a remontar à época de Viriato, apesar de se interrogar sobre a possibilidade das populações locais terem acompanhado o herói lusitano.<sup>42</sup>

Os anacronismos estão presentes noutros casos, como quando interpreta as antas da Serra de Ossa como túmulos das batalhas de Viriato ou como altares, opinião muito comum na época, ou quando classifica como egípcias ou turdetanas as inscrições redigidas na escrita do Sudoeste, achadas nas cercanias de Nossa Senhora da Cola, interpretação mais aceitável, considerando o nível de conhecimentos da época, do que certas propostas de decifração produzidas nas últimas décadas.<sup>43</sup> Finalmente, ao longo do *Mapa Breve* Silveira introduz apontamentos históricos interessantes, ainda que muitas vezes sem grande relação com a Antiguidade. Tais referências constituem uma forma de aligeirar o texto, que poderia tornar-se uma simples enumeração de citações, monótona e pouco interessante, trazendo o leitor para realidades mais fáceis de apreender e onde não faltam notas de patriótico significado. Assim acontece quando, a propósito da madeira da Serra do Gerês, extremamente rija, recorda o episódio da resistência do famoso galeão português *Santa Teresa* na Batalha das Dunas, onde se perdeu em 21 de Outubro de 1639, em combate com forças holandesas superiores, comandadas pelo não menos famoso almirante Marten Tromp.<sup>44</sup> O leitor atento não deixará de registar outras informações curiosas e relevantes no que se refere ao que poderíamos chamar a cultura geral de inícios do século XIX.

---

<sup>40</sup> Lembramos apenas os escravos remadores nos navios de guerra romanos, como nas diferentes versões cinematográficas de *Ben-Hur*, ou a *História da República Romana*, de Oliveira Martins: Vasco Mantas, *Imaginário e imagens*. “A civilização romana através do peplum”, in *Som e Imagem no Ensino das Línguas Clássicas*, Coimbra, 2003, pp. 177-198; R. Bloch / J. Cousin, *Roma e o seu destino*, Lisboa, 1964, p. XIII (nota de V. Magalhães Godinho).

<sup>41</sup> Silveira, pp. 78-79, 277; Maria da Conceição Reis, *A pirataria argelina na Ericeira no século XVIII*, Ericeira, 1998, pp. 23-32. O tipo de navio vulgarmente utilizado nestes ataques era o *xaveco*, rápido e de medíocres dimensões. No reinado de D. Maria I um destes navios, de que existiu um modelo no Arsenal da Marinha até ao incêndio de 1916, arribou a Lisboa por motivo de força maior. A armada portuguesa participou várias vezes em acções contra os principais portos de armamento da pirataria norte-africana, problema só resolvido em 1830 com a conquista francesa de Argel.

<sup>42</sup> Silveira, p. 138; Mário Barroca / J. Gouveia Monteiro, *Armamento medieval no território português*, Palmela, 2000, pp. 49-54. A besta só se vulgarizou na Península Ibérica a partir do século XI, remontando a 1086 o seu primeiro testemunho iconográfico.

<sup>43</sup> Silveira, pp. 276-277; A. C. Ferreira da Silva, “A Primeira Idade do Ferro”, in *Nova História de Portugal*, I, Lisboa, 1990, pp. 280-281; Amílcar Guerra, Novos monumentos epigrafados com escrita do Sudoeste da vertente setentrional da Serra do Caldeirão, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 2, 2002, pp. 219-231.

<sup>44</sup> Silveira, pp. 16-17; Frazão de Vasconcelos, “De Re Nautica. Galeões de Portugal no Tempo dos Filipes”, *Anais do Club Militar Naval*, 1931, 2, pp. 122-125; Richard Humble, *Naval warfare. An illustrated history*, Londres, 2002, pp. 74-75.



Fig. 4 - O Padrão de Santa Iria, na Ribeira de Santarém (Foto Cristina Calais).

Embora tenhamos já feito alusão aos objectivos de Nascimento Silveira ao compor o *Mapa Breve*, os quais ele próprio teve a preocupação de precisar, julgamos conveniente, dado que já incluímos um número suficiente de referências ao conteúdo da obra, realçar aquilo que realmente interessava ao autor, sem esquecer nunca que ele é herdeiro de uma tradição histórico-literária próxima do final e que se podia considerar esgotada em 1804, não faltando na obra de Silveira alguns acentos pré-românticos, sobretudo nítidos em descrições geográficas. Indicaremos alguns passos da obra que permitem compreender melhor a orientação geral do *Mapa Breve* e quais os temas que o autor privilegiava como matéria de maior importância.

Ao referir o Tejo (Fig. 4), os dois aspectos que Silveira destaca a propósito do grande rio peninsular são o valor do porto de Lisboa, *o maior emporio da Europa*, para em seguida

escrever o seguinte: *Porém, o que mais realça a este famoso rio é a sepultura admirável, que cobrem suas correntes defronte de Santarém, na qual descansa o corpo da virgem e mártir Santa Iria, como o Céu fez patente já duas vezes.*<sup>45</sup> Mais adiante, tratando da relação entre Beselga e *Concordia*, na zona de Tomar, não se esquece de aludir ao martírio de Donato e dos seus companheiros, erradamente atribuído à Lusitânia, o que originou, no século XVII, uma das primeiras intervenções arqueológicas no nosso país.<sup>46</sup> Vejamos ainda mais dois exemplos da valorização evidente da história eclesiástica, ou do que se considerava história, no quadro da Antiguidade lusitana. Em primeiro lugar na descrição da Serra de Ossa, que ocupa cinco páginas quando trata das montanhas portuguesas, descrição cujo teor sobrevive em obras de meados do século passado,<sup>47</sup> volta a realçar aspectos eclesiásticos, ainda que se não esqueça da presença de Viriato no Monte de S. Gens e dos vestígios de fortificações e de edifícios aí conservados (Fig. 5), dizendo: *Mas suposto que todos estes monumentos antigos autorizam à Serra de Ossa, o que a distingue entre as demais do Reino é o ser a Tebáida Portuguesa, desde os séculos da primeira igreja.*<sup>48</sup> O segundo exemplo é particularmente significativo, referindo o achado das relíquias de S. Torpes, perto de Sines, através da escavação do que teria sido um templo paleocristão, empreendida pelo Arcebispo D. Teotónio de Bragança, por ordem do Papa Sixto V. Na escavação foi encontrado um sarcófago de pedra, contendo as relíquias.<sup>49</sup> Tudo leva a crer tratar-se de mais um caso de cristianização de um sítio pagão, talvez mausoléu de uma *villa* ou algo semelhante. Como se vê, Silveira elaborou uma visão histórica da Lusitânia na qual o elemento essencial da romanização consistia nos primórdios do Cristianismo, o que o levou a incorporar na sua obra toda uma série de relatos como o do achado das relíquias de S. Torpes. A mesma razão explica a tentativa de identificação da pátria do imperador Teodósio, a cidade de *Cauca*, com Coura, no Norte de Portugal, atendendo à importância que esta figura ocupa na historiografia cristã. Desta forma, a Latinidade e, mais ainda, a Romanidade, sofrem nítida redução numa cultura humanista condicionada pelo ideário cristão do autor. Silveira organiza o cenário histórico em torno de três componentes fundamentais: os povos indígenas pré-romanos, *nossos antepassados*, a cristianização e a Nacionalidade, numa linha de indiscutível continuidade.

O título da obra de Nascimento Silveira não corresponde exactamente ao que sugere, pois a *Lusitânia Antiga e Galiza Bracarense* cobre, em termos territoriais, o espaço português continental, ao qual se limita a quase totalidade das referências recolhidas pelo autor. Esta circunstância é perfeitamente normal e, ainda hoje, se

---

<sup>45</sup> Silveira, p. 67; Gustavo de Matos Sequeira, in “Distrito de Santarém”, in *Inventário Artístico de Portugal*, III, Lisboa, 1949, p. 84.

<sup>46</sup> Frei Isidoro da Luz, “Relação do verdadeiro descobrimento dos Santos Mártires”, *Miscelânea n.º 7*, (Biblioteca Nacional da Ajuda); Vasco Mantas, *Vias romanas na região de Tomar: os miliários*, in *Tomar e o seu Território*, Tomar, 1992, pp. 42-44.

<sup>47</sup> Silveira, pp. 30-34; Marques Crespo, *Estremoz e o seu termo regional*, Estremoz, 1950, pp. 250-267.

<sup>48</sup> Silveira, p. 34.

<sup>49</sup> IDEM, pp. 68-69.



Fig. 5 - A ermida de S. Gens, na Serra de Ossa (Gravura de João Falcato).

nota com frequência um desfasamento entre os dados respeitantes a cada um dos lados da fronteira luso-espanhola, consoante a nacionalidade dos autores.<sup>50</sup> Uma das excepções no que se refere a sítios da parte espanhola da Lusitânia na obra de Silveira ocorre quando, descrevendo o curso do Guadiana, hidrónimo a que atribui curiosa etimologia, alude com brevidade admirativa à cidade de Mérida (Fig. 6), nos seguintes termos: *Esta cidade, cabeça da Lusitânia, ali foi brilhante por edifícios sumptuosos, pois teve todos aqueles que enobrecem as mais famosas cidades do Império Romano.*<sup>51</sup> Para além deste efeito de fronteira, muito marcado no *Mapa Breve*, verifica-se existir uma diferença significativa entre os dados coligidos para a região a norte do Tejo e aqueles que se reportam às regiões transtaganas. Vários factores terão influído nesta situação, também relacionada com a experiência pessoal do autor, factores entre os quais se impõem a diversidade do povoamento antigo, as fontes utilizadas e, naturalmente, o estado contemporâneo da investigação. Como já indicámos, alguns dos autores utilizados por Silveira surgem repetidamente, fornecendo a maior parte das informações transcritas, o que reflecte directamente as áreas de interesse desses mesmos autores.

Na obra de Silveira o problema dos Lusitanos, que o autor não entendeu, é complicado, quer em relação à etnogénese, quer a propósito do território que ocupavam. É evidente que não interessa retomar a análise das explicações míticas para a origem dos

<sup>50</sup> Esta dificuldade de integração dos resultados da investigação histórica e arqueológica, mais acentuada no que toca à bibliografia espanhola, tem prejudicado notavelmente o progresso dos conhecimentos sobre a antiga Lusitânia, ainda que nos últimos anos se verifique uma significativa melhoria. Congratulamo-nos pelo facto destas mesas-redondas terem contribuído de forma relevante para alterar a situação anterior.

<sup>51</sup> Silveira, p. 72.



Fig. 6 - As ruínas do anfiteatro e do teatro de Mérida no início do século XIX.

Lusitanos, sejam elas clássicas ou derivadas do Antigo Testamento. Uma coisa é certa, todavia, no pensamento de Nascimento Silveira acerca dos Lusitanos ou Lysitanos. Estes eram os *nostros antigos nacionais*.<sup>52</sup> Os conceitos a que o autor recorreu são pouco precisos, desenvolvidos a partir das referências clássicas e das interpretações de humanistas e antiquários, quantas vezes contraditórias. Dissemos que Silveira não entendeu o problema lusitano pela simples razão de que ora os considera, como Estrabão escreveu, uma *nação*,<sup>53</sup> ora os interpreta a nível de um simples *populus*. Vejamos um exemplo desta confusa identificação: *Estes Lusitanos primitivos só propriamente eram aqueles povos que confinavam com os Turdetanos pela parte setentrional, desde os Celtas e Helvécios até Setúbal e Lisboa; isto é, entre Tejo e Guadiana*.<sup>54</sup>

Noutras passagens o autor refere os Hermínios como sinónimo de Lusitanos, localizando-os no seu solar tradicional, a Serra da Estrela, ainda que persista sempre uma certa ambiguidade, difícil de ordenar: *Confinavam estes povos (Túrdulos) pelo Oriente com os Hermínios; pelo Norte com o rio Douro; pelo Meio Dia com o Tejo*.<sup>55</sup> Curiosamente, no cabeçalho da Tábua III, na qual descreve a província da Beira, Nascimento Silveira apenas destaca como habitantes Túrdulos Velhos, Pesures e Vetões. Na realidade, os Lusitanos aparecem em primeiro plano apenas no cabeçalho da Tábua V, a da província do Alentejo, excelente amostra da mistura de conceitos patente nesta obra de Silveira: *Nela viveram os Lusitanos, Celtas, Vetões, Arabrigenses, Amaienses, Eborenses e Meidubrigenses,*

<sup>52</sup> IDEM, p. 129.

<sup>53</sup> Estrabão, *Geo.*, III, 3, 3.

<sup>54</sup> Silveira, p. 130.

<sup>55</sup> IDEM, pp. 86-87.

*Plumbários, Hermínios e Aranditanos*.<sup>56</sup> Não vale a pena continuar a insistir nesta análise de um problema que tem merecido a atenção dos investigadores ao longo dos tempos, com maior ou menor felicidade, constituindo ainda hoje terreno de persistentes incertezas.<sup>57</sup>

Menos dificuldade apresenta a delimitação geográfica da Lusitânia, que nas suas grandes linhas corresponde à província romana na sua forma augustana, limitada *grosso modo* pelo Douro e pelo Guadiana. Refere, naturalmente, as modificações sofridas pelos limites territoriais, citando Estrabão a propósito da situação anterior às reformas administrativas do primeiro imperador, em especial a propósito da fronteira meridional do Tejo e da inclusão da Calécia na Lusitânia.<sup>58</sup>

Esta constatação levou Nascimento Silveira a apoiar-se na deslocação de populações para explicar, pelo menos em parte, a presença dos Lusitanos no Alentejo, incluindo neste cenário a designação da Serra de S. Mamede como *Herminius Minor*.<sup>59</sup> Paradoxalmente, esta Lusitânia do *Mapa Breve*, concebida mais como um grande quadro geográfico comum a vários povos e não tanto como o território dos Lusitanos, aproxima-se bastante da realidade da época romana, sobretudo do período imperial (Fig. 7), quando a província constituía, realmente, uma estrutura administrativa reunindo vários grandes povos, *nationes*, no interior das suas fronteiras: Celtas, Túrdulos, Lusitanos e Vetões. Talvez por isto mesmo os habitantes da Lusitânia indiquem preferencialmente como *origo* a sua cidade e apenas em raros casos incluam a referência à província.<sup>60</sup>

A figura de Viriato encontra-se na obra de Silveira com a projecção que seria de esperar. Com uma breve análise da visão histórica do autor acerca do herói lusitano terminaremos estas notas de leitura, limitadas aos temas mais directamente abrangidos pela temática da mesa-redonda. A imagem de Viriato estava perfeitamente definida em 1804, a tal ponto que Nascimento Silveira não se perdeu em tentativas de interpretação, como com tanta frequência aconteceu ao longo do *Mapa Breve*, aceitando a informação anterior, clássica e portuguesa, sobre a qual se construiu a história e o mito de Viriato. Estamos, portanto, numa fase muito avançada da integração do chefe lusitano como símbolo nacional português, o que dispensava o autor de comentários elaborados, quando não tortuosos, e permitia afirmações isentas de contestação.

<sup>56</sup> IDEM, p. 261.

<sup>57</sup> Jorge de Alarcão, “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”, in *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, II, Lisboa, 1988, pp. 41-48; “Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica”, *Complutum*, 2-3, 1992, pp. 339-345; J. Olivares Pedreño, Teónimos y fronteras étnicas: los Lusitani, *Lucentum*, XIX-XX, 2000-2001, pp. 245-256.

<sup>58</sup> Silveira, pp. 98-100; Tranoy, pp. 145-147; P. Le Roux, *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques d’Auguste à l’invasion de 409*, Paris, 1982, pp. 69-72.

<sup>59</sup> Silveira, pp. 28-30; Amílcar Guerra, *Ammáia*, “Medobriga e as ruínas de S. Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual”, *A Cidade*, 11, nova série, 1996, pp. 7-33.

<sup>60</sup> Vasco Mantas, *A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana, Conimbriga*, XLIII, 2004, pp. 63-83.



Fig. 7 - A Lusitânia e os Lusitanos no século II.

Silveira não deixa de suscitar o desenvolvimento de algumas ambiguidades a propósito de Viriato, como já referimos quando aludimos aos Lusitanos. Assim, embora o caudilho actue na Beira, na zona de Besteiros e dos Hermínios, situando-se a grande derrota de Nígídio, em 145 a.C., junto a Viseu, relacionando este chefe romano com a célebre Cava de Viriato,<sup>61</sup> muitas outras acções de envergadura têm como cenário regiões diferentes. É significativo, por exemplo, o realce atribuído a episódios que se teriam passado no Alentejo, nomeadamente na Serra de Ossa, identificada com o *Mons Veneris* das fontes clássicas.<sup>62</sup> Particularmente elucidativo deste imagi-

<sup>61</sup> Silveira, p. 213; Vasco Mantas, Indícios de um campo romano na Cava de Viriato?, *Al-madan*, 12, 2.ª série, 2003, pp. 40-42.

<sup>62</sup> Silveira, p. 32.

nário flexível é o que Silveira escreve acerca do nascimento e morte de Viriato, largamente escudado em Bernardo de Brito e outros antiquários posteriores.

Assim, Silveira não hesita ao afirmar que Viriato nasceu em *Eburobrittium*, identificada com Alfeizerão, foi assassinado no Lumiar e sepultado perto de Belas.<sup>63</sup> Situando o nascimento de Viriato entre os Túrdulos, o *Mapa Breve* contradiz, e de que maneira, a tradição baseada na imagem de Viriato, pastor nos Montes Hermínios, valorizando uma interpretação litoral das raízes do herói,<sup>64</sup> talvez em parte relacionada com os laços estabelecidos através de Astolpas com os notáveis indígenas da Lusitânia meridional,<sup>65</sup> afastando-se significativamente do *topos* geralmente admitido.<sup>66</sup>

A localização de *Eburobrittium* já não constitui problema, depois da descoberta das ruínas da cidade junto a Óbidos, de onde terá sido transferida na época imperial,<sup>67</sup> eliminando definitivamente as divagações de Bernardo de Brito, em parte apoiadas em inscrições mal lidas ou simplesmente inventadas, ainda recolhidas confiadamente, como outras, na colectânea de Levy Maria Jordão, em meados do século XIX, obra apesar de tudo interessante.<sup>68</sup> A ligação de Viriato a *Eburobrittium* não passa, como é evidente, de uma inconsequente divagação a propósito de uma questão que continua sem fim à vista, e que provavelmente assim continuará. O mistério, a incerteza, são elementos fundamentais do mito, um estímulo permanente aos visionários de todas as épocas, indiferentes aos cultores de uma lógica redutora.

Viriato corresponde à figura do herói providencial em estado puro, de origem humilde, campeão da luta contra a opressão, em defesa da liberdade e do estilo de vida de uma comunidade, ou seja, da sua hoje tão falada identidade. Como símbolo absoluto pode equiparar-se a outros, como *Vercingetorix*, *Arminius* ou *Boudica*, mas pelas suas características essenciais julgamo-lo mais perto de *Spartacus*.<sup>69</sup> Por isto mesmo, a figura do chefe

<sup>63</sup> IDEM, pp. 244, 253.

<sup>64</sup> A impossibilidade de individualizar os Túrdulos no registo arqueológico da II Idade do Ferro faz com que a questão túrdula seja uma das mais complexas da arqueologia portuguesa, mesmo quando restringida ao litoral entre o Tejo e o Douro, onde este povo parece reflectir acima de tudo relações com cenários orientalizantes e com o Sudoeste peninsular. Sobre este problema: Amílcar Guerra, "A Península de Lisboa no I milénio a.C. Uma breve síntese, à luz das fontes e dos dados arqueológicos", in *Turres Veteras*, IV, Torres Vedras, 2002, pp. 121-128.

<sup>65</sup> A relação de Viriato com a Serra da Estrela é considerada cautelosamente por conceituados investigadores, alguns dos quais não hesitam, como Orlando Ribeiro refere a propósito de Leite de Vasconcelos, considerá-lo um meridional: Orlando Ribeiro, p. 39.

<sup>66</sup> L. García Moreno, "Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano", in *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, II, Santiago de Compostela, 1988, pp. 373-382.

<sup>67</sup> J. Beza Moreira, *Cidade romana de Eburobrittium. Óbidos*, Porto, 2002, pp. 1-30, 59-61.

<sup>68</sup> Levy Maria Jordão, *Portugaliae Inscriptiones Romanas*, I, Lisboa, 1859. Sobre esta obra Hübner emitiu um parecer interessante, sem esquecer a questão das inscrições falsas: Emil Hübner, *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, Berlim, 1892, p. XXV.

<sup>69</sup> A origem humilde que as fontes clássicas atribuem a Viriato difere significativamente do que se conhece de outros heróis anti-romanos, importantes chefes tribais ou, no caso de *Arminius*, antigo combatente nos *auxilia*, aproximando-o muito da figura do famoso gladiador para quem a luta que chefou durante dois anos resultou, inicialmente, de uma simples questão de sobrevivência. Tal como sucedeu com Viriato, a derrota final do tráico ficou a dever-se também a uma traição.

lusitano, transformada ao longo de séculos em elemento forte da consciência nacional, foi mais difícil de integrar num contexto imperial, centrado num conceito de *Portugalidade* diferente, como se verificou nos últimos tempos do Estado Novo.<sup>70</sup> Solidamente instalada no imaginário português, todavia, não nos devemos admirar pelo recente recrudescimento do interesse por Viriato e pelos Lusitanos, pois se trata de um fenómeno recorrente, em parte resultante da atmosfera criada pelo facto de Portugal pertencer agora a uma estrutura política que não controla e que, a médio prazo, coloca em a risco a sua soberania.<sup>71</sup> Viriato, por ter lutado contra o sentido da história, ficou na história e assim foi constituído elemento primordial da identidade política portuguesa desde o início da Época Moderna. Desta forma o interpreta, com singeleza, Nascimento Silveira.

O conteúdo do *Mapa Breve* perdeu, quase por completo, valor científico, pertencendo aquele grupo numerosíssimo de obras historiográficas que mereceram a severa condenação de investigadores como Hübner,<sup>72</sup> neste caso talvez mais pelas fontes utilizadas, como já vimos, do que por vontade expressa de Nascimento Silveira. Não sejamos tão rigorosos na apreciação de obras semelhantes, afinal representativas de uma época de transição, como a nossa, tão sensível aos mesmos problemas de conhecimento, de identidade e de identificação que nos preocupam, ou deviam preocupar. Hoje, faz-se uso imoderado do termo desmistificar, quase sempre para esconder uma atitude destrutiva, seja de ideias ou de mitos, cujo resultado final é, com frequência, um vazio angustiante. Estamos certos que, em relação aos Lusitanos, o progresso da investigação científica não deixará que tal aconteça, sobretudo num contexto contemporâneo de desenvolvimento de novos e bem menos fundados mitos, políticos, económicos e culturais, de consequências que já se vislumbram dramáticas. Na verdade é necessário distinguir que, embora relacionados, Mito e História possuem espaços próprios. O objectivo da história não é destruir o mito, mas identificá-lo como tal. Como dissemos, o Mito resulta de um processo histórico e cultural, não é o produto de uma qualquer mistificação. Estamos longe de conhecer bem a realidade lusitana que antecedeu a conquista romana, realidade reinventada ao longo de séculos, circunstância que, considerando o seu impacte ideológico em Portugal e em Espanha, não só justifica como exige o alargamento da investigação, sem preconceitos e sem condicionalismos.

Ao longo desta comunicação desenvolvemos, a partir de um texto do século XIX, uma série de breves reflexões sobre o problema lusitano, entendido como problema histórico e arqueológico e como questão cultural. Numa Europa de contradições, como é

---

<sup>70</sup> Amílcar Guerra / Carlos Fabião, "Viriato. Genealogia de um mito", *Penélope*, 8, 1992, pp. 9-23.

<sup>71</sup> A mesma preocupação com a sobrevivência de Portugal como nação soberana parece ter inspirado, num momento também muito difícil da vida nacional, o interesse de Leite de Vasconcelos por Viriato e pelos Lusitanos: José d'Encarnação, "No centenário da publicação das Religiões da Lusitânia: nacionalismo em Leite de Vasconcelos, in *O Arqueólogo Português*, série IV, 11-12, 1993-1994, pp. 35-42.

<sup>72</sup> Hübner, *Notícias*, pp. 1-7.

a nossa, não é impossível que este segundo aspecto volte a ganhar relevo, prejudicando eventualmente a serenidade que deve caracterizar a investigação científica, quantas vezes transformada em debate político. De uma ou de outra forma, Viriato e Espártaco continuarão a existir como símbolos, independentemente do que os progressos da História sobre o Mito possam acrescentar à realidade. Tencionamos voltar brevemente à questão das Guerras Lusitanas e à figura de Viriato, numa óptica de análise política e estratégica, sugerida, uma vez mais, pelo permanente conflito entre centro e periferia, conceitos bem mais complexos do que certos articulistas, sem a humildade científica de Nascimento Silveira, sugerem.

Quase no início do *Mapa Breve*, o autor chama a atenção para a peculiar situação geográfica de Portugal, dizendo que aqui se situa o princípio do Velho Continente, que não é exactamente o mesmo que lhe atribuir uma localização periférica, subentendendo o que está para lá do Oceano. A este propósito ocorre-nos que, quando fizemos alguma pesquisa na *internet* no sentido de encontrar informações acerca da obra de Francisco do Nascimento Silveira, a única referência que encontramos foi a ficha constante no *site* do Grupo de História e Teoria da Ciência, da Universidade de Campinas, no Brasil.<sup>73</sup> Esta circunstância, que honra a universidade do país irmão e que não queremos deixar de referir ao concluir a nossa comunicação, leva-nos a considerar, por razões históricas evidentes,<sup>74</sup> que, entre mito e realidade, é *o Ocidente, futuro do passado*.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> ghtc@ifi.unicamp.br (2004).

<sup>74</sup> J. Borges de Macedo, "Portugal. Um destino histórico", in *Jornadas Académicas de História de Espanha e Portugal*, Lisboa, 1990, pp. 296-307; Vasco Mantas, "Portugal, nação atlântica", in *O Mar no Futuro de Portugal. VIII Simpósio da Academia de Marinha*, Lisboa, 2003, pp. 95-104.

<sup>75</sup> Fernando Pessoa, "Os campos", in *Mensagem*, Lisboa, 1997, p. 23.

